
É com grande satisfação que apresentamos a nova edição da Revista Jurídica da Amazônia. Este volume é uma coleção de artigos que trazem à tona discussões jurídicas fundamentais e de crescente importância no cenário global. Em tempos em que a proteção ambiental, a governança eficaz e a justiça social são prioridades urgentes, os trabalhos aqui reunidos oferecem análises profundas e soluções inovadoras.

Um dos artigos examina o ativismo judicial na área ambiental, especialmente o papel do Ministério Público na defesa desses direitos. Abordando casos práticos, o texto revela como o ativismo preenche lacunas deixadas por outros poderes estatais, promovendo práticas normativas e de responsabilização ambiental que são essenciais.

A edição também discute a governança no âmbito do Estado Democrático de Direito, destacando a necessidade de se efetivar direitos fundamentais como um caminho vital para o desenvolvimento nacional e melhoria da qualidade de vida.

Outro estudo revisa as convenções internacionais e legislações relacionadas ao crime organizado, sublinhando a importância de normas que realmente atendam aos anseios da sociedade com eficácia prática.

Indo além, um artigo explora o impacto devastador do hiperconsumismo em eventos climáticos extremos, oferecendo estratégias que promovem um consumo mais consciente e ético. Em um outro também é explorada a relação entre a política jurídica e a ética da sustentabilidade, propondo formas de integrar normas e uma visão ética para proteger de maneira eficaz o meio ambiente.

A distinção entre hermenêutica e interpretação jurídica recebe atenção especial, com análises sobre os métodos interpretativos clássicos aplicados ao direito constitucional. Já o princípio da vedação ao retrocesso ambiental é analisado através de decisões do Supremo Tribunal Federal, ressaltando a necessidade da proteção dos direitos ambientais já conquistados.

Outro tema relevante é a interseção entre racismo ambiental e sustentabilidade, um artigo que aprofunda como as políticas públicas podem e devem buscar justiça ambiental de forma inclusiva. Por outro lado, a questão do tratamento jurídico dos resíduos sólidos demonstra a sua crucial influência na qualidade dos recursos hídricos e na sustentabilidade ambiental geral.

Um estudo se detém na Reserva Extrativista Rio Cautário, destacando suas contribuições para a sustentabilidade e economia local por meio da pesca manejada. Em uma perspectiva global, a eficácia da governança ambiental é questionada, destacando a importância da participação diversificada e ações colaborativas.

Ainda sobre a Amazônia, são explorados os desafios na aplicação dos princípios ambientais em uma região tão complexa. Revelando ser necessária a elaboração de estratégias que se adaptem às condições regionais.

Esta edição reafirma nosso compromisso de proporcionar um espaço de reflexão crítica sobre questões jurídicas de extrema importância. Agradecemos aos autores pela dedicação e contribuição, que tornaram esta publicação rica em conteúdo, e aos revisores pelo compromisso com a qualidade editorial.

Convidamos todos os leitores a se engajarem profundamente com os conteúdos desta revista, com a esperança de que inspire um diálogo contínuo e ações efetivas em prol de um futuro mais justo e sustentável para a Amazônia e além.

EDNA ANTÔNIA CAPELI DA SILVA OLIVEIRA

Promotora de Justiça

Editora-chefe